

Análise da Diplomacia do Etanol no governo Lula a partir de diferentes perspectivas institucionalistas

Iure Paiva*
Paulo César Manduca**

Resumo: Este texto apresenta um estudo sobre as ações de política exterior do governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva no âmbito da Diplomacia do Etanol, levando em consideração a interveniência das instituições na conformação da sua lógica de ação. A relação entre arranjos institucionais internacionais e comportamento político externo do governo brasileiro será analisada com base no modelo explicativo da corrente institucionalista da escolha racional e da corrente institucionalista sociológica. A intenção não é apenas de realizar um exercício de aplicação de diferentes modelos explicativos no exame da Diplomacia do Etanol no referido período, mas demonstrar igualmente que as duas abordagens anteriormente mencionadas podem ser consideradas complementares.

Abstract: This paper presents a study on the actions of foreign policy of the government of President Luiz Inacio Lula da Silva in the Diplomacy of Ethanol, taking into account the intervention of institutions in shaping their logic of action. The relationship between institutional arrangements and international political behavior outside of the Brazilian government will be analyzed based on the model's explanatory power of rational choice institutionalism and sociological institutionalism chain. The intention is not merely an exercise of applying different explanatory models in the examination of the Diplomacy of Ethanol in that period, but also demonstrate that both approaches mentioned above can be considered complementary to better understand the issue.

Palavras-chave: Relações Internacionais; Política Externa Brasileira; Diplomacia do Etanol; Análise da Escolha Racional; Análise Sociológica.

Introdução

Este texto apresenta um estudo sobre as ações de política exterior do governo brasileiro voltadas à defesa de um mercado mundial de biocombustíveis (especificamente de etanol), levando em consideração a interveniência das instituições na conformação da sua lógica de ação. No campo da Ciência Política, a abordagem do neoinstitucionalismo será o principal referencial teórico para a análise a ser realizada. A escolha dessa corrente se justifica exatamente pelo fato dos seus autores defenderem a posição ativa das instituições na conformação das políticas governamentais, onde o comportamento político dos atores responde às limitações e oportunidades impostas pelos regimes internacionais (Hall & Taylor, 2003; Immergut, 1998; Kato, 1996).

O período a ser analisado refere-se fundamentalmente ao governo do presidente Luis Inácio Lula da Silva (2003-2010), pois é durante esse momento que a questão toma mais espaço na agenda de política externa nacional, seja pelos inúmeros acordos internacionais assinados pelo governo brasileiro sobre a matéria ou pelas repercussões positivas e negativas que o etanol provocou em meio às discussões sobre a sua viabilidade com uma alternativa aos combustíveis fósseis.

A relação entre arranjos institucionais internacionais e comportamento político externo do governo brasileiro será analisada com base no modelo explicativo da corrente institucionalista da escolha racional (Fiorina, 1995; Ostrom, 1991; Weingast, 2001) e da corrente institucionalista

* Doutorando em Ciência Política na Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Bolsista da FAPESP. E-mail: iurepaiva@hotmail.com.

** Pesquisador do Núcleo Interdisciplinar de Planejamento Energético (NIPE) - UNICAMP. E-mail: manduca@unicamp.br.

sociológica (Dimaggio & Powell, 1991; Jepperson & Meyer, 1999; March & Olsen, 1984). As duas correntes teóricas comprovam ser importante para a análise que será realizada, por evidenciar possíveis lógicas de ação para a política externa brasileira de promoção do mercado mundial de biocombustíveis, ao mesmo tempo em que oferecem explicações sobre o tipo de influência específica que as instituições internacionais exercem em diferentes contextos.

O institucionalismo da escolha racional pode ser fundamental na tarefa de identificar, por exemplo, em que situações o comportamento do governo brasileiro parece ter um caráter essencialmente individualista e utilitário, cujo objetivo é aumentar as possibilidades de uma inserção mais adequada do país no cenário internacional a partir do desenvolvimento do mercado mundial de biocombustíveis. Nesse caso, as instituições não influenciariam diretamente a lógica de ação da política externa brasileira, mas imporiam as "regras do jogo", determinando, por exemplo, as formas de interação com os demais atores (diplomacia presidencial, acordos de cooperação, negociações multilaterais etc.) e os possíveis resultados a serem obtidos (oportunidades econômicas, posição na hierarquia de poderes e mudança nos regimes internacionais).

Por outro lado, a análise baseada no institucionalismo sociológico permitiria evidenciar em que medida as ações internacionais do governo voltadas à promoção do mercado mundial de biocombustíveis seriam efetivadas com a finalidade de criar uma identidade ou imagem de adequação do Brasil aos valores e ideias sociais estabelecidas pelas instituições nacionais e internacionais, que impõem um papel específico a ser desempenhado pelos países nas suas relações exteriores. Dessa forma, as instituições influenciariam diretamente a lógica de ação do governo brasileiro, por meio das regras que definem comportamentos considerados socialmente adequados, tais como, o respeito ao direito internacional, a solução pacífica dos conflitos, a participação em organizações internacionais e o reforço da cooperação intergovernamental.

Vale ressaltar, que a intenção desse texto não é apenas realizar um exercício de aplicação de diferentes modelos explicativos no exame de situações em concreto, mas demonstrar também que as duas abordagens anteriormente mencionadas podem ser consideradas complementares, demovendo a ideia de que são modelos mutuamente excludentes de análise sobre a influência das instituições na configuração do comportamento político. Nesse sentido, a tese de "reconciliação das lógicas de ação" defendida por March & Olsen (2004), por exemplo, demonstra que diferentes lógicas de ação podem ser observadas dentro de uma mesma instituição, e coexistirem simultaneamente nesse cenário. March & Olsen (2004) identificam dois tipos básicos de lógica de ação: a *lógica de consequência* (baseada num cálculo individual estratégico visando à consecução do bem-estar material) e a *lógica de adequação* (fundamentada nas regras sociais com o escopo de adequar o comportamento a atitudes avaliadas como apropriadas).

Em certa medida, essa realidade é exaltada por estudiosos do neoinstitucionalismo (Kato, 1996; Hall & Taylor, 2003; Immergut, 1998) e admitida por autores de ambas as correntes (March & Olsen, 2004, Dimaggio & Powell, 1991; Fiorina, 1995; Shepsle, 1989).

A contextualização e definição da Diplomacia do Etanol

Em meio ao espaço cada vez maior que vem ocupando na agenda internacional as discussões sobre o papel das fontes alternativas e renováveis de energia, o etanol de cana-de-açúcar produzido no Brasil tem ocupado lugar de destaque e chamado a atenção mundial. O que se justifica em razão de: (1) ser utilizado como combustível automotivo em substituição aos derivados de petróleo que são mais poluentes, (2) ser atualmente o que apresenta menor impacto ambiental no que se refere aos métodos e processos de produção, (3) possibilitar que o bagaço da cana-de-açúcar seja utilizado para a geração de energia elétrica (co-geração), (4) ser comprovadamente uma alternativa energética economicamente viável e renovável em relação ao

petróleo e seus derivados, (5) ter o menor custo entre os tipos de etanol produzidos no momento, (6) permitir captar recursos financeiros externos por meio do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) – previsto no Protocolo de Kyoto, e (7) favorecer países em desenvolvimento exportadores agrícolas a partir do aumento da demanda por matéria-prima empregada na produção de biocombustíveis (Brasil, 2007a, 2007b; FAO, 2008; IEA, 2008; Unctad, 2006; Worldwatch Institute, 2006).

Por outro lado, a condição de maior produtor e fornecedor mundial de etanol coloca o Brasil numa posição privilegiada diante da possibilidade de consolidação do mercado internacional de biocombustíveis. Diversos estudos confirmam que certas vantagens comparativas põem o Brasil na condição de protagonista em discussões sobre fontes alternativas de energia no cenário internacional (Brasil, 2007a, 2007b; FAO, 2008; IEA, 2008; Unctad, 2006; Worldwatch Institute, 2006).

Alguns fatores são continuamente citados nesse sentido. Em primeiro lugar, o Brasil possui condições naturais e geográficas favoráveis para a produção da cana-de-açúcar, matéria-prima do biocombustível etanol. A grande quantidade de terra agricultável, as características adequadas do solo, as condições climáticas e a possibilidade de vários cultivos durante o ano, colocam o Brasil em posição de destaque na produção e utilização do etanol como recurso energético (Brasil, 2007b; IEA, 2008; Unctad, 2006).

Além disso, a agroindústria canavieira brasileira é a mais eficiente do mundo e líder na geração e na implantação de tecnologia de processo e gestão. Destaque para o fato de algumas delas terem alcançado grande capacidade de gerar energia elétrica, através da queima do bagaço da cana por um sistema denominado co-geração. A energia produzida a partir daí é utilizada para atender à necessidade das usinas durante a safra (tornando a produção ainda mais limpa), e o excedente vendido para as distribuidoras de eletricidade (Brasil, 2007a; FAO, 2008; Worldwatch Institute, 2006).

Ainda do ponto de vista da tecnologia, o Brasil, atualmente, é o país mais avançado do mundo no que se refere à utilização do etanol como combustível na área de transporte; como pode ser percebido a partir do desempenho dos veículos *flex* produzidos nacionalmente, bem como pela quantidade de fabricantes de automóveis que passaram a equipar seus carros (populares e luxuosos) com essa tecnologia (BRASIL, 2007a).

Como destaca Paulo Roberto de Almeida (2008), “Futuramente, e pela primeira vez em sua história econômica, o Brasil se tornará um fornecedor relevante de energias renováveis – etanol à base de cana-de-açúcar e biocombustíveis em geral –, não apenas pelo lado do produto em si, mas igualmente na sua dimensão tecnológica e científica”.

Diante desse cenário, a promoção do mercado internacional de biocombustíveis foi um tema que ocupou espaço considerável na política externa do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (Almeida, 2008; Sachs, 2007, 2005; Medeiros, 2009; Paiva, 2009, 2010). Vale ressaltar, que a política externa, no presente trabalho, é definida como o conjunto de decisões e ações de um Estado na ordem internacional, cujo objetivo é alcançar determinado resultado a partir da relação direta com outro Estado ou um grupo de Estados (Bátora, 2005; Magalhães, 1988; Watson 2004). A execução da política externa, por sua vez, se daria através da diplomacia, que consistiria no estabelecimento de diálogo entre os representantes dos países, normalmente o titular do poder político ou os seus emissários (em geral, os diplomatas), especialmente designados para esta tarefa (Bátora, 2005; Magalhães, 1988; Watson 2004).

Os conceitos de política externa e diplomacia ora expostos são tomados no seu sentido tradicional, já que enfatiza o caráter interestatal das relações internacionais e o papel dos atores governamentais na sua efetivação. Essa atitude não é despropositada. A justificativa para tanto está no fato dessa orientação facilitar a apreensão da lógica de ação da política externa brasileira, já que delimita a investigação à atuação do governo, concebido como ator unitário e monolítico nas relações internacionais.

Nesses termos, seria possível falar de uma Diplomacia do Etanol na política externa brasileira do governo Lula, que consistiria, em linhas gerais, na manutenção de diálogos por parte do governo brasileiro com representantes de outros países, no sentido de efetivar ações voltadas a promover o mercado mundial do biocombustível etanol.

Como o objeto de estudo desta pesquisa é a execução e repercussão da Diplomacia do Etanol na ordem internacional, o foco da pesquisa volta-se para o ambiente externo. Sendo assim, o contexto da ordem internacional no qual se insere a Diplomacia do Etanol na seria propriamente uma arena de dilemas permanentes sobre segurança, conflito, agressão e guerra entre os Estados (Morgenthau, 2003; Aron, 2002; Carr 2002). Na verdade, o seu contexto parece ser bem mais aquele em que o aumento da interdependência das sociedades nacionais oferece oportunidades para a cooperação interestatal (Ikenberry, 1988; Keohane & Nye, 1989; Young, 1996), em níveis mais elevados de interações no plano institucional internacional, de modo geral constituído por um conjunto integrado e permanente de princípios, normas, regras e procedimentos (regimes internacionais), que podem prescrever determinada conduta, limitar a prática de algumas ações ou configurar as expectativas dos atores envolvidos em um tema internacional específico (Krasner, 1982). Deste modo, para entender as condições em que é possível ocorrer a cooperação internacional, faz-se necessário considerar os constrangimentos que os regimes atrelados às instituições internacionais impõem ao comportamento dos países (Keohane, 1978; Krasner, 1982; Young, 1996).

A Diplomacia do Etanol, conseqüentemente, será tratada como uma questão que é concebida e executada num contexto em que instituições internacionais facilitam a cooperação e, ao mesmo tempo, exercem certos constrangimentos ao comportamento externo dos Estados

O desafio que se põe agora neste estudo é o de demonstrar que as relações cooperativas desenvolvidas no âmbito da Diplomacia do Etanol parecem ser orientadas simultaneamente por uma lógica de consequência e por uma lógica de adequação (March & Olsen, 2004), onde as instituições internacionais acabam exercendo diferentes tipos de influência sobre o comportamento do governo brasileiro, confirmando assim que as teorias do neoinstitucionalismo da escolha racional e do neoinstitucionalismo sociológico não são mutuamente excludentes.

A Diplomacia do Etanol segundo o institucionalismo da escolha racional

A perspectiva economicista que domina as análises da escolha racional considera um número mínimo de suposições básicas sobre o indivíduo e a forma como se relacionam uns com os outros (Ostrom, 1991). Os atores racionais tenderiam a criar tipos semelhantes de posições e atitudes ao longo do tempo, e em diferentes culturas, pressupondo uma uniformização das preferências em vez da exclusividade, um modelo de comportamento em contraposição ao acaso (Fiorina, 1995).

Os teóricos do institucionalismo da escolha racional concebem assim que o comportamento dos atores sociais é orientado por uma racionalidade econômica (Kato, 1996), a qual é dirigida a maximizar a satisfação de suas preferências, em geral, baseada numa lógica de cálculo estratégico e utilitário (Hall & Taylor, 2003). Deste modo, as preferências dos atores econômicos, por exemplo, estarão relacionadas a políticas específicas que resultarão no acréscimo da sua renda, enquanto as preferências dos atores políticos são construídas em função do aumento das chances de se manter no poder (Coleman, 1990; Downs, 1957; Elster, 1999).

A partir dessas premissas, os teóricos do institucionalismo da escolha racional analisam os efeitos e as influências dos contextos institucionais para a tomada de decisão e o comportamento racional dos atores sociais (Hall & Taylor, 2003; Immergut, 1998; Kato, 1996). A percepção é de

que as instituições permitem que escolhas políticas sejam feitas pelos agentes (Fiorina, 1995; Ostrom, 1991). Entretanto, a existência de princípios, regras e procedimentos preestabelecidos restringem o comportamento dos atores na medida em que não permitem que toda e qualquer escolha desejada possa ser efetivamente considerada ou tomada (Hall & Taylor, 2003; Shepsle, 1989). Em razão de serem conscientes dos efeitos desses regimes sobre seu comportamento, os atores políticos irão então manipular as regras, de tal forma que seja possível alcançar os resultados pretendidos segundo seus interesses, imprimindo um caráter instrumental às instituições (Immergut, 1998; Shepsle, 1989). Do ponto de vista puramente utilitário e calculista, as instituições são vistas como o resultado intencional, quase contratual, e funcional de estratégias de otimização de ganhos por parte dos agentes (Theret, 2003).

A prova de que a Diplomacia do Etanol seria efetivamente pensada e implementada com base na racionalidade econômica, visando à consecução do bem-estar material do país, pode ser atestada pelos inúmeros acordos firmados pelo governo brasileiro sobre a matéria. Além disso, a cooperação interestatal promovida através desses acordos, também parece confirmar a tese da escolha racional de que os regimes internacionais não influenciam diretamente a lógica de ação da política externa brasileira, mas podem esclarecer as formas de interação com os demais atores e os resultados pretendidos no cenário internacional.

No decorrer dos oito anos do mandato do governo do presidente Luis Inácio Lula da Silva, mais de 44 acordos foram assinados na área de energia, na maioria dos casos envolvendo biocombustíveis, em especial o etanol – nem de perto houve número registrado como esse anteriormente na história do país. A princípio, os acordos firmados fundamentam-se na ideia de que é preciso compartilhar a experiência brasileira no que se refere à cadeia de produção, distribuição e comercialização do etanol, incluindo aspectos de regulação do mercado (Paiva, 2010). Contudo, o viés utilitarista é evidente, visto que esse parece ser um instrumento adequado para o governo brasileiro incentivar o aumento do número de produtores e consumidores de etanol no mundo, com o nítido intuito de gerar oportunidades vantajosas para as empresas brasileiras (públicas e privadas) através da transferência de tecnologia e dos investimentos produtivos no setor, já que os acordos firmados geralmente implicam na adoção da plataforma de produção, distribuição e consumo com base no modelo desenvolvido no Brasil. A atuação brasileira nesse sentido também confirma esforços de harmonizar padrões e especificações técnicas para o desenvolvimento do mercado internacional de biocombustíveis. O que maximiza as chances de ganhos efetivos para o mercado brasileiro de etanol, uma vez que isso representa a diminuição das barreiras não-tarifárias para a circulação de um produto no mercado internacional, em que o Brasil é o maior produtor e fornecedor mundial.

Ainda que a defesa do biocombustível brasileiro ao longo do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva tenha procurado demonstrar à comunidade internacional que o etanol pode ser a solução para alguns problemas relacionados à segurança energética vividos por vários países, a Diplomacia do Etanol também é concebida como uma estratégia para promover a inserção mais adequada do país nas relações internacionais, na reivindicação de mudanças nas regras e regimes que regem a ordem internacional (Medeiros, 2009; Paiva, 2009).

Na perspectiva do institucionalismo da escolha racional, as decisões tomadas no âmbito institucional não exprimem exatamente a soma das preferências virtuosas dos agentes políticos ou os interesses dos representados (Immergut, 1998). Na verdade, traduzem o resultado de embates norteados por cálculos estratégicos em meio às regras específicas do “jogo”, bem como evidenciam os esforços dos “jogadores-chave” para tirar proveito das regras existentes, determinando, por exemplo, os temas que devem compor a agenda de discussão ou que devem ser submetidos à deliberação (Immergut, 1998).

De acordo com o ponto de vista defendido pelos teóricos do institucionalismo escolha racional, o comportamento brasileiro não visaria com isso discutir propriamente a justiça ou injustiça presente nas regras consolidadas nas instituições internacionais e reproduzidas pelos países, mas levantar os problemas ou óbices que os regimes estabelecidos atualmente

representam para a consolidação das suas preferências em meios às relações que desenvolvem a partir da sua política externa (Coleman, 1990; Downs, 1957; Elster, 1999).

Nesse sentido, é possível verificar que as discussões sobre biocombustíveis em diversos contextos institucionais, têm sido utilizadas pelo governo brasileiro para tratar não apenas de questões relacionadas à necessidade de incentivar fontes alternativas e sustentáveis de energia mundo afora, mas também como espaço estratégico para reivindicar mudanças no sistema de relações econômicas internacionais, denunciando suas heterogeneidades e desequilíbrios, que acabam obstruindo o desenvolvimento de alguns países (Sachs, 2005; Medeiros, 2009; Paiva, 2009).

Os discursos proferidos pelo presidente Luis Inácio Lula da Silva em diversas ocasiões em defesa do etanol brasileiro e do desenvolvimento de um mercado internacional de biocombustíveis comprovam as exigências de mudanças dos preceitos definidos por alguns regimes internacionais. Observe-se o trecho do discurso do presidente brasileiro na reunião de Alto Nível da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO, na sigla em inglês), sobre Segurança Alimentar, Mudanças Climáticas e Bioenergia, no dia 3 de junho de 2008, em Roma, Itália:

Vejo com indignação que muitos dos dedos apontados contra a energia limpa dos biocombustíveis estão sujos de óleo e de carvão. Vejo com desolação que muitos dos que responsabilizam o etanol – inclusive o etanol da cana-de-açúcar – pelo alto preço dos alimentos são os mesmos que há décadas mantêm políticas protecionistas, em prejuízo dos agricultores dos países mais pobres e dos consumidores de todo o mundo. [...]

Não sou favorável a que se produza etanol a partir de alimentos, como no caso do milho e outros. Não acredito que alguém vá querer encher o tanque do seu carro com combustível, se para isso tiver de ficar de estômago vazio. Por outro lado, é evidente que o etanol do milho só consegue competir com o etanol de cana quando é anabolizado por subsídios e protegido por barreiras tarifárias. É por isso que há quem diga que o etanol é como o colesterol. Há o bom etanol e o mau etanol. O bom etanol ajuda a despoluir o planeta e é competitivo. O mau etanol depende das gorduras dos subsídios¹.

A referência dirige-se aos subsídios agrícolas e às barreiras tarifárias e não-tarifárias praticadas principalmente pelos países desenvolvidos contra os produtos agrícolas estrangeiros, os quais atingem diretamente os países em desenvolvimento, que, em geral, são fornecedores mundiais de *commodities* e matéria-prima². Os subsídios dos países desenvolvidos à produção de biocombustível é alvo dessas críticas, por dificultar a competitividade do etanol brasileiro e distorcer os preços do mercado internacional dos produtos agrícolas utilizados na fabricação de biocombustíveis.

Nas negociações perante a Organização Mundial do Comércio (OMC) as iniciativas voltadas a modificar o sistema de relações econômicas internacionais também estão presentes na lógica de ação da Diplomacia do Etanol durante o governo Lula. A proteção elevada do mercado interno, o apoio incondicional aos produtores nacionais e a indiferença dessa atitude à racionalidade econômica, derivada dos subsídios e das barreiras comerciais dos países

¹ Este, como outros discursos, estão disponíveis no sítio *Internet* do Ministério das Relações Exteriores: www.mre.gov.br. O tema também foi abordado em outras ocasiões, entre as quais, durante a Reunião Extraordinária de Chefes de Estado e de Governo da União de Nações Sul-Americanas – UNASUL (Brasília, DF, 23/05/2008); por ocasião de encontro especial do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas sobre a crise alimentar mundial (Nova Iorque, 20/05/2008); durante a cerimônia de abertura da XII Reunião da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento – Unctad (Acra, Gana, 20/04/2008).

² O Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior do Brasil define de forma bastante clara e precisa subsídios: “[...] considera-se que existe subsídio quando o produtor ou exportador se beneficia com alguma ajuda financeira ou econômica do Estado, oferecida diretamente ou através de uma empresa privada que lhe permita a colocação de seus produtos no mercado externo a um preço inferior. Tal subsídio deve estar dirigido à indústria ou ao setor do qual provêm esses produtos”. Disponível em: http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/secex/defComercial/insDefComercial/Ins_MedAnt_PrgMaiFrequentes.php.

desenvolvidos, passa então a ser objeto de ataques do Brasil, e de outros países em desenvolvimento (Amorim, 2003; Paiva, 2006; Cruz, 2005), quando discutem questões relacionadas ao meio ambiente, inclusive o etanol, tido como fonte renovável de energia que gera menos impactos à qualidade de vida no planeta (Medeiros; Paiva, 2006).

No âmbito da Rodada do Doha (2001), os Membros da OMC foram instados a estabelecer negociações no Comitê de Comércio Meio Ambiente com a finalidade reduzir ou eliminar os obstáculos tarifários e não tarifários aos bens e serviços ecológicos. A principal reivindicação brasileira sempre foi a defesa em favor da inclusão do etanol e das tecnologias aplicadas entre os bens ambientais a serem favorecidos pela redução ou eliminação de barreiras comerciais. Na perspectiva da teoria escolha racional, não seria difícil observar que a intenção do governo brasileiro seria de facilitar o desenvolvimento do mercado mundial de biocombustível (especificamente do etanol), utilizando das negociações no âmbito de organizações internacionais para alterar as regras que de certa forma dificultam ou obstruem o seu pleno progresso, diria um analista norteado pela perspectiva da escolha racional.

Diante das vantagens comparativas do Brasil em relação a outros países na produção, distribuição e consumo de biocombustível etanol, e do protagonismo brasileiro no cenário internacional sobre fontes alternativas de energia, é difícil contestar que as ações externas brasileiras na Diplomacia do Etanol, seja em tratativas bilaterais ou multilaterais, não têm a finalidade de gerar circunstâncias favoráveis para o desenvolvimento nacional e a sua inserção internacional do país, a partir de discussões sobre questões energéticas.

A Diplomacia do Etanol, sob o ponto de vista da perspectiva da escolha racional, teria portanto funções assertivas e seria conformada por postulados utilitários, com estratégias julgadas adequadas ao desenvolvimento nacional e à necessidade de encontrar para o país um lugar mais conveniente nas relações internacionais. Assim, não seria incorreto afirmar que Diplomacia do Etanol representa um projeto estratégico e prioritário de política externa do governo brasileiro, buscando o incremento das oportunidades proveitosas decorrentes da nossa condição de maior fornecedor mundial de etanol.

Contudo, de acordo com a tese defendida neste texto, a adequada compreensão da Diplomacia do Etanol jamais poderia restringir-se à análise centrada no comportamento estratégico e utilitário do governo, ignorando o papel que desempenham as crenças e idéias que se perpetuam ao longo da história das relações internacionais e da política externa brasileira, que acabam conformando as ações dirigidas à promoção do mercado mundial de biocombustíveis. Os próximos parágrafos desse texto dedicam-se a demonstrar a necessidade de incorporar essa perspectiva para uma leitura apropriada sobre a lógica de ação que orienta a efetivação da Diplomacia do Etanol.

A Diplomacia do Etanol segundo o institucionalismo sociológico

O viés que domina a perspectiva da análise sociológica sobre o comportamento dos indivíduos e das suas diversas formas de interação é aquele que considera que a “ação racional” é um objeto socialmente constituído, derivado de um processo de cognição e percepção dos valores, idéias, crenças, símbolos, regras, interesses e outros fatores que se estabelecem num nível supra-individual e são compartilhados, e considerados naturais, justos, esperados e legítimos (Hall & Taylor, 2003; Immergut, 1998; March & Olsen, 2004).

Os teóricos do institucionalismo sociológico propõem explicações cognitivas e culturais, e um interesse nas propriedades das unidades de análise inseridas num contexto social, cujas preferências e atitudes dos atores não podem ser reduzidas somente a agregações ou

conseqüências diretas dos motivos ou atributos individuais (DiMaggio & Powell, 1991). As preferências e significados estão relacionados e são resultado da doutrinação, educação e experiências vividas pelos atores sociais (DiMaggio & Powell, 1991). Além disso, em certa medida, a lógica de ação dos agentes seria ainda orientada pela visão de mundo do ator de situações consideradas mútua ou tacitamente razoáveis, naturais, corretas, esperadas e legítimas (March & Olsen, 2004).

De acordo com a perspectiva sociológica, as instituições não são a simples conseqüência de um equilíbrio egoísta ou o resultado do cálculo dos atores individuais, nem tão pouco seu papel na vida política se restringe a ser unicamente o de arenas para o confronto das forças sociais (March & Olsen, 2005). As instituições, não devem ser concebidas apenas como um conjunto de regras e procedimentos formais estabelecidos pelas organizações, mas também um conjunto de símbolos, esquemas cognitivos e modelos morais que fornecem “padrões de significação” que guiam a ação humana (Hall & Taylor, 2003; Immergut, 1998). As instituições influenciariam diretamente a lógica de ação dos atores sociais por meio de um conjunto de atitudes, valores e abordagens comuns e mutuamente compartilhados, que não são guiados exclusivamente no sentido de maximizar a satisfação de suas preferências (Hall & Taylor, 2003; Jepperson & Meyer, 1999). Dessa forma, as instituições não determinariam apenas as “regras do jogo” para a consecução do bem-estar material dos países, mas também influenciariam suas preferências mais fundamentais (March & Olsen, 2005; Jepperson & Meyer, 1999).

A propósito inicialmente do conteúdo e da função da Diplomacia do Etanol, é difícil contestar o caráter utilitarista e instrumental da política externa brasileira nessa temática, pelas razões expostas na seção anterior deste texto. Contudo, também não se pode negar que a questão apresenta os traços da “ideologia da política externa” do governo Lula, que atribui à diplomacia um papel importante no processo de desenvolvimento do Brasil (Amorim, 2004, 2003; Almeida, 2007; Prado, 2007; Mapa, 2010)³. Nesse termos, a diplomacia é inserida no contexto de uma política de governo, que demonstra o compromisso do presidente Lula com as proposta de política externa defendida pelo Partido dos Trabalhadores, que sempre defendeu a ideia de que essa temática deveria figurar como um projeto nacional voltado a favorecer o desenvolvimento do país, onde a ação internacional está intimamente relacionada à demandas domésticas (Amorim, 2004, 2003; Almeida, 2007; Prado, 2007; Mapa, 2010). Do mesmo modo, é possível perceber que a Diplomacia do Etanol está relacionada ao paradigma desenvolvimentista (Cervo, 2008a, 2008b, 2003) que predominou em vários momentos da história das relações internacionais do Brasil, que se caracteriza por uma política externa pragmática, objetiva e realista, concebida como propulsora da superação dos problemas econômicos e sociais, principalmente, através da criação de condições externas que possibilitem a solução das desigualdades. Além disso, como ressalta Alexandra de Mello e Silva (1998), “[...] não se pode esquecer do papel cumprido pelo Itamaraty na sistematização e transmissão desse ‘acervo’ tendo em vista os recursos organizacionais de que dispõe, tais como o alto grau de burocratização e de identidade organizacional, o forte insulamento e a relativa autonomia decisória”.

Como advertiriam os próprios teóricos do institucionalismo sociológico (March & Olsen, 2004; DiMaggio & Powell, 1991), a ação diplomática do Brasil não seria conformada unicamente a partir dos fatores mencionados no parágrafo, pois a promoção de oportunidades através do comércio exterior, da transferência de tecnologia e de investimentos produtivos, pautados na luta contra o protecionismo e no aumento da exportação nacional, também são elementos que se inserem na sua lógica de ação. No entanto, a política externa brasileira representaria do mesmo modo os anseios da sociedade, conforme ensina Celso Lafer (2004, p. 16), ao afirmar que a tarefa da política externa é “traduzir necessidades internas em possibilidades externas para ampliar o poder de controle de uma sociedade sobre o seu destino”. O que demonstra que a Diplomacia do Etanol não pode ser compreendida unicamente como o resultado do cálculo estratégico do governo brasileiro visando maximizar ganhos, mas também como a conseqüência de um conjunto de valores e idéias que evidenciam a necessidade de perceber que a atuação internacional deve

³ A ideologia é aqui concebida segundo um significado proposto por Bobbio (2002): “No seu significado fraco, Ideologia designa o *genus*, ou a *species* diversamente definida, dos sistemas de crenças políticas: um conjunto de idéias e de valores respeitantes à ordem pública e tendo como função orientar os comportamentos políticos coletivos”

levar em conta, de modo equilibrado, a interação entre os planos interno e externo (Putnam, 1988; Milner, 1997), num nítido “jogo de dois níveis” (Putnam, 1988).

Ao analisar melhor os acordos firmados pelo Brasil durante o governo Lula na área de combustíveis, verifica-se que dos 44 pactos assinados, 36 envolvem países menos desenvolvidos ou em desenvolvimento, ou com organizações internacionais em que são membros. Como explicar o fato de mais de 80% dos pactos estabelecidos pelo Brasil envolverem países que ocupam pouca relevância na conformação da ordem internacional, e, na maioria, economicamente menos capazes de investirem recurso financeiro em comparação aos países mais ricos (a exceção de países como China, Índia, México)?

Não excluindo outras explicações de ordem econômica estratégica, o caso em tela também pode ser compreendido à luz da influência de valores e ideias na Diplomacia do Etanol. Em primeiro lugar, a tradição de política externa brasileira sempre foi de privilegiar os mecanismos cooperativos de relações internacionais na forma de tratados com países mundo a fora, como bem ressalta Antônio Carlos Lessa (1998):

A lenta e gradual constituição de um impressionante acervo de contatos bilaterais é dos patrimônios mais sólidos da política exterior do Brasil. A diversidade desses contatos, espalhados pelos cinco continentes, expressos em laços mais ou menos efetivos entre sociedades aproximadas por circunstâncias políticas, econômicas e culturais, serviu em diversos momentos à sociedade brasileira para a realização de seu interesse nacional.

Por outro lado, a denominada diplomacia Sul-Sul e as alianças “estratégicas” com alguns grandes atores não-hegemônicos, é uma evidente demonstração de um visão de mundo que é inclinada a perceber a necessidade de mudar as estruturas de força que prevalecem no plano interestatal e o eixo político que predomina nas relações internacionais (Almeida, 2008; Herz, 1994; Prado, 2007; Mapa, 2010). É esse aspecto que Paulo Roberto de Almeida (2007) destaca na política externa brasileira durante o governo do presidente Luis Inácio Lula da Silva, a qual:

[...] tem sido traduzida em conceitos como o “reforço do multilateralismo” – em oposição ao que seria o unilateralismo da potência hegemônica – ou a “mudança na geografia comercial mundial”, o que evidenciaria o desejo manifesto de uma união dos países em desenvolvimento para negociar, em melhores condições políticas, uma alteração no padrão de trocas prevalente, hoje considerado desigual, com base nas atuais regras de política comercial e de acesso a mercados, notadamente no que se refere ao protecionismo e às subvenções agrícolas à produção e às exportações.

O caso dos subsídios ao setor agropecuário foi diversas vezes mencionado pelos representantes brasileiros nas reuniões do Comitê de Comércio Meio Ambiente da OMC como algo que provoca danos relevantes ao meio ambiente e ao comércio nacional (Paiva, 2006). Alguns Membros como Brasil, Argentina e Índia defendem a idéia de que os subsídios às exportações do setor agrícola praticados por alguns países provocam distorções no comércio (em razão do desvirtuamento dos preços internacionais), geram prejuízos ao meio ambiente (devido aos problemas decorrentes da monocultura) e inibem o desenvolvimento econômico (em virtude da redução dos rendimentos dos países agrícolas) (OMC, 2001; Paiva, 2006). Na visão desses Membros, faz-se necessária a reformulação das regras do comércio agrícola, no sentido de eliminar as restrições e distorções, como os subsídios, que provocam resultados triplamente desfavoráveis – comercial, ambiental e de desenvolvimento (OMC, 2001; Paiva, 2006).

Os argumentos expostos até aqui expõe uma realidade que pode ser interpretada como um posicionamento ideológico claro e anunciado em favor da criação de uma nova ordem internacional, feita bem mais de intercâmbio no sentido Sul-Sul, do que de uma possível dependência das relações desiguais com o Norte (Almeida, 2008; Herz, 1994; Prado, 2007; Mapa, 2010).

É importante ainda ressaltar o quanto a Diplomacia do Etanol é efetivada com base orientações e valores propalados e consolidadas em instituições internacionais e considerados socialmente adequados, que fazem parte do acervo histórico diplomático do Brasil (Pecequillo, 2008; Vigevani & Cepaluni, 2007, Miyamoto, 2010; Cervo, 2008b), tais como o pacifismo, não-intervencionismo, defesa da igualdade soberana das nações, respeito ao Direito Internacional, apoio às organizações internacionais e o reforço da cooperação intergovernamental. Destaque-se, por exemplo, as ações brasileiras voltadas à criação de fóruns intergovernamentais permanentes de negociações e decisões sobre energia alternativa no sistema internacional. Em 2007, uma iniciativa conjunta de Brasil, China, Índia, África do Sul, Estados Unidos e Comissão Européia criou o Fórum Internacional dos Biocombustíveis, que pretende contribuir para a criação de um mercado mundial para fontes alternativas de energia que resulte em benefícios econômicos, sociais e ambientais para países desenvolvidos e em desenvolvimento. No mesmo sentido, em julho de 2005, o G8 + 5 (Brasil, China, Índia, México e África do Sul) concordou em promover o contínuo desenvolvimento e comercialização de energia renovável através da criação da Parceria Global para a Bioenergia (GBEP, na sigla em inglês), visando apoiar de forma ampla e eficaz a distribuição de biomassa e biocombustíveis, particularmente nos países em desenvolvimento onde a utilização da biomassa é predominante. O governo brasileiro promoveu também a 1ª Conferência Internacional sobre Biocombustíveis, cujo tema foi “Os Biocombustíveis como Vetor do Desenvolvimento Sustentável”, organizada pelo Ministério das Relações Exteriores, na cidade de São Paulo, durante os dias 17 a 21 de novembro 2009, cuja intenção era de contribuir para a discussão internacional sobre os desafios e oportunidades gerados pelos biocombustíveis⁴.

Dessa forma, as instituições influenciariam diretamente a lógica de ação do governo brasileiro no âmbito da Diplomacia do Etanol, por meio das regras que definem comportamentos considerados internacionalmente adequados.

Considerações finais

É de fundamental importância destacar que o enclausuramento e o determinismo não parecem ser posturas que contribuam para o melhor desenvolvimento das ciências sociais.

Do ponto de vista cognitivo, pode ser um passo atrás na organização do conhecimento sobre um objeto de estudo que em si é complexo e contraditório, como é o caso do comportamento humano, contribuindo negativamente para a inteligibilidade orgânica das relações sociais de uma maneira geral. No que se refere ao efeito funcional, é possível que haja efeitos contraproducentes na perspectiva de informar ou instruir os indivíduos, sejam eles quais forem, sobre como proceder em situações em concreto ou ter sob controle determinadas variáveis que interferem na busca pelo bem-estar das sociedades.

Por outro lado, não se está aqui defendendo de modo algum que os estudiosos da Ciência Política ou das Relações Internacionais se abstenham de tomar partido ou de constituir julgamentos com base em uma ou outra orientação teórica e metodológica. Na verdade, o que talvez se deseje é que a verdade ou a justiça não sejam sacrificadas em razão de considerações particulares que pretendem ou são rotuladas como absolutas ou inquestionáveis.

Daí a relevância de se perceber que, de certa forma, as explicações assentadas em preferências refletem ainda certa preocupação com a capacidade de aplicação da teoria do institucionalismo da escolha racional, ao mesmo tempo em que indica a dificuldade em avaliar as explicações baseadas em idéias, cultura e similares mais difíceis de serem observáveis em comparação a fatores mais latentes como os interesses particulares (Fiorina, 1995).

⁴ A conferência contou com 3.000 inscritos, 26 organizações internacionais, além de representantes de 92 países e 38 ministros.

No mesmo sentido, é de se destacar que o institucionalismo sociológico, em alguns aspectos, ignora que o ambiente institucional é permeado por conflitos de poder entre atores cujos interesses entram em disputa, exigindo que o enfoque dos teóricos dessa corrente dê mais atenção ao modo como as idéias e valores surgem não apenas de processos interpretativos, mas também de interações conflitivas (Hall & Taylor, 2003).

Diante das considerações expostas ao longo deste texto, a intenção foi de fazer perceber que o incremento das oportunidades decorrentes da nossa condição de maior produtor e fornecedor mundial de etanol possa ser analisado em diferentes perspectivas, e com isso gerar resultados e repercussões que venham a mitigar as desigualdades e desequilíbrios vividos diariamente por grande parte dos brasileiros e brasileiras, e inúmeros indivíduos em todo mundo.

Referências

ALMEIDA, Paulo Roberto de . O Brasil como ator regional e emergente global: Estratégias de política externa e impacto na nova ordem internacional. **Digesto Econômico**, v. 446, p. 46-61, 2008.

_____. A diplomacia do governo Lula em seu primeiro mandato: um balanço e algumas perspectivas. **Carta Internacional**, São Paulo, 2007.

AMORIM, Celso. Conceitos e estratégias da diplomacia do Governo Lula. **Diplomacia, Estratégia, Política**. Vol. I, nº 1, 2004, p. 41-48.

_____. **Discurso do ministro de Estado das Relações Exteriores**, embaixador Celso Amorim, por ocasião do Dia do Diplomata (Brasília, 18/9/2003). Disponível em: <www.mre.gov>. Acesso em: 5/5/2006.

ARON, Raymond. **Paz e Guerra entre as Nações**. Brasília: FUNAG, Editora UNB, 2002.

BÁTORA, Jozef. **Public Diplomacy in Small and Medium-Size States: Norway and Canada**. Discussion Papers in Diplomacy, Netherlands Institute of International Relations, Antwerp University, 2005.

BOBBIO, Norberto; PASQUINO, G.; MATTEUCCI, Nicola. **Dicionário de Política**. 12 ed. Brasília: Editora da Unb, 2002, 2 v.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Cadeia produtiva da agroenergia**. Brasília: IICA: MAPA/SPA, 2007a.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. **Plano Nacional de Energia 2030**. Brasília: MME: EPE, 2007b.

CARR, Edward H. **Vinte anos de crise: 1919-1939**. Brasília: FUNAG, Editora UNB, 2002.

CERVO, Amado Luiz. Adaptação à ordem global: a política exterior desde 1990. In: CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. 3. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008a.

_____. **Inserção internacional: formação dos conceitos brasileiros**. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2008b.

_____. Política exterior e relações internacionais do Brasil: enfoque paradigmático. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 46, n. 2, p. 5-26, 2003.

COLEMAN, J. **Foundations of social theory**. Cambridge: Harvard University Press, 1990.

DIMAGGIO, Paul J.; POWELL, Walter W. (comps.) Retorno a la jaula de hierro: El isomorfismo institucional y la racionalidad colectiva en los campos organizacionales. In: DIMAGGIO, Paul J. e POWELL, Walter W. **El nuevo institucionalismo em el análisis organizacional**. México: Fondo de Cultura Económica, 1999, p. 104-125.

_____. **THE NEW institutionalism in organizational analysis**. Chicago ; London: Univ. of Chicago, 1991.

DOWNS, A. **An economic theory of democracy**. Nova York: Harper, 1957.

ELSTER, Jon. A possibilidade da política racional. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 14, n. 39, Feb. 1999, p. 13-40.

FAO. **Bioenergy, Food Security and Sustainability**: Towards an International Framework. Information Paper No. 3 for the High Level Conference on World Food Security: The Challenges of Climate Change and Bioenergy, HLC/08/INF/3. Rome: FAO, 2008.

FIORINA, Morris. Rational Choice and the New(?) Institutionalism. **Polity**, v. 28, n. 1, p. 107-115, 1995.

HALL, Peter A.; TAYLOR, Rosemary C.R. As três versões do neo-institucionalismo. **Lua Nova**, n. 58, 2003, pp. 193-224.

HERZ, Mônica. Análise Cognitiva e Política Externa. **Contexto Internacional**. Rio de Janeiro, 16(1), jan./jun. 1994, p. 75-89.

IEA (International Energy Agency). **World Energy Outlook 2008**. OECD/IEA: Paris, 2008.

IKENBERRY, G. John. Conclusion: an institutional approach to American foreign economic policy. **International Organization** (1988), 42: 219-243.

IMMERGUT, Ellen. The theoretical core of the New Institutionalism. **Politics and Society**, v. 26, n. 1, p. 5-34, 1998.

JEPPEPERSON, Ronald L.; MEYER, John w. El orden público y la construcción de organizaciones formales. In: In: DIMAGGIO, Paul J. e POWELL, Walter W. (org.). **El nuevo institucionalismo em el análisis organizacional**. México: Fondo de Cultura Económica, 1999, p. 261-293.

KATO, Junko. Institutions and Rationality in Politics: Three Varieties of Neo-Institutionalists. **British Journal of Political Science**, v. 26, n. 4, p. 553-582, Oct. 1996.

KEOHANE, Robert O. **After Hegemony: Cooperation and Discord in World Political Economy**. Princeton (NJ): Princeton University Press, 1978.

KEOHANE, Robert O. NYE, Joseph S. **Power and interdependence**. 2nd ed. Glenview: Scott, Foresman, 1989.

KRASNER, Stephen. Structural Causes and Regime Consequences - regimes as intervening variables. **International Organization**, 36, 2, SPRING 1982.

LAFER, Celso. **A identidade internacional do Brasil e a política externa brasileira**: passado, presente e futuro. São Paulo: Perspectiva, 2004.

LESSA, Antônio Carlos. A diplomacia universalista do Brasil: a construção do sistema contemporâneo de relações bilaterais. **Rev. bras. polít. int.**, 1998, vol.41, pp. 29-41.

LIMA, Maria Regina Soares de. "A economia política da política externa brasileira: uma proposta de análise". **Contexto Internacional**, nº 12, Rio: IRI-PUC, jul.-dez., 1990. pp. 7-28.

MAGALHÃES, José Calvet de. **The pure concept of diplomacy**. New York: Greenwood Press, 1988.

MAPA, D. M. Inserção Internacional no Governo Lula: interpretações divergentes. **Revista Política Hoje**, 2010, p. 34-79.

MARCH, James; OLSEN, Johan. **Elaborating the "New Institutionalism"**. ARENA Working Papers, Center for European Studies – University of Oslo, 2005.

_____. **The logic of appropriateness**. ARENA Working Papers, Center for European Studies – University of Oslo, 2004.

_____. The New institutionalism: organizational factors in political life. **American Political Science Review**, n. 78, 1984.

MEDEIROS, Daniela Marques. **O etanol e o petróleo no processo de inserção internacional do Brasil no governo Lula**. Anais do II Simpósio de Pós-Graduação em Relações Internacionais do Programa "San Tiago Dantas" (UNESP, UNICAMP e PUC/SP), 2009. Disponível em: <http://www.unesp.br/santiagodantassp>

MILNER, Helen V. **Interests, Institutions, and Information**. Princeton: Princeton University Press, 1997.

MORGENTHAU, H. **Política entre as Nações**. Brasília: FUNAG, Editora UNB, 2003.

OMC (Organização Mundial do Comércio. **Informe resumido de la vigésima primera reunión del Comité de Comercio y Medio Ambiente en sesión extraordinaria**. Nota da Secretaria Comitê de Comércio e Meio Ambiente, TN/TE/R/21, de 29 de abril de 2008.

_____. **Informe de la reunión celebrada el 4 de octubre de 2001**. Nota da Secretaria do Comitê de Comércio e Meio Ambiente, WT/CTE/M/28, 31 de outubro de 2001.

OSTROM, Elinor. Rational Choice theory and institutional analysis: toward complementarity. **American Political Science Review**, v. 85, n. 1, mar. 1991.

PAIVA, Iure. Acordos de cooperação internacional como estratégia da política externa brasileira para a promoção do mercado de biocombustível nacional. In: MENEZES, Wagner (coord). **Estudos de Direito Internacional**: anais do 8º Congresso Brasileiro de Direito Internacional. Curitiba: Juruá, 2010 (no prelo).

_____. A temática ambiental como promotora de mudanças no sistema de relações econômicas internacionais: a hora e a vez dos biocombustíveis. **Revista Dataveni@** (UEPB), v. 1, p. 1-20, 2009.

_____. **Barreiras comerciais com fins ambientais: Análise da posição do Brasil na OMC**. 2006, 127f. Dissertação (Mestrado em Direito Econômico) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2006.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. A política externa do Brasil no século XXI: os eixos combinados de cooperação horizontal e vertical. **Revista Brasileira de Política Internacional**, vol. 51, nº 02: p. 136-153, 2008.

PRADO, Lídia Domingues Peixoto. **A política externa do primeiro governo Lula (2003-2006)**. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2007.

PUTNAM, Robert D. "Diplomacy and Domestic Politics: The Logic of Two-Level Games." **International Organization**, Vol. 42, No. 3, Summer 1988, p. 427-460.

SACHS, Ignacy. A revolução energética do século XXI. **Estudos Avançados**, 21 (59), 2007, p. 21-38.

_____. Da civilização do petróleo a uma nova civilização verde. **Estudos Avançados**, 19 (55), 2005, p. 197-214.

SHEPSLE, Kenneth A. Studying institutions: some lessons from the rational choice approach. **Journal of Theoretical Politics**, 1989, 1 (2): 131-147.

SILVA, Alexandra de Mello e. Idéias e política externa: a atuação brasileira na Liga das Nações e na ONU. **Rev. Bras. Polít. Int.** 41 (2): 139-158 [1998].

THERET, Bruno. As instituições entre as estruturas e as ações. **Lua Nova**, 2003, n.58, pp. 225-254.

UNCTAD (United Nations Conference on Trade and Development). **El mercado emergente de biocombustibles**: consecuencias normativas, comerciales y de desarrollo. Unctad: New York, 2006.

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação. **Contexto int.**, 2007, vol.29, n.2, pp. 273-335.

WATSON, Adams. **Diplomacy**: The Dialogue Between States. Rev. ed., London: Routledge, 2004

WEINGAST, Barry R. **Institutions and Political Commitment**: A New Political Economy of the American Civil War Era. Unpublished book manuscript, 2002.

_____. Instituciones políticas: perspectivas de elección racional. GOODIN, Robert E. e KLINGEMANN, Hans-Dieter. **Nuevo manual de ciencia política**. Madrid: Istmo, 2001, p. 247-283.

WORLDWATCH INSTITUTE. **Biofuels for transport**: global potencial and implications for sustainable energy and agriculture. Washington, DC: Worldwatch Institute, 2006.

YOUNG, Oran R. **The international political economy and international institutions**. Cheltenham, UK; Brookfield, Vt., US: E. Elgar Pub. Co., 1996. 2v.